

CONSTRUÇÃO GRAMATICAL: MODELO DE DESCRIÇÃO DOS USOS LINGÜÍSTICOS

Maria do Rosario Roxo (UFRRJ-PIBIC)
mroxo@ufrrj.br

1. Introdução

Conhecer uma língua faz parte do trabalho do pesquisador, qualquer que seja o viés teórico e metodológico escolhidos. Esse interesse evidencia o quanto a linguagem tem sido objeto de processos epistemológicos distintos para retratar o que acontece com a língua, inscrita seja pela hierarquização do jogo e da rede de diferenças (SAUSSURE, 1971) seja pelo uso, pareado com as experiências e os conhecimentos culturais na interação comunicativa.

Na visão saussuriana, a língua, como um sistema de signos, possui unidades essenciais cujas peculiaridades se vinculam não ao jogo das diferenças simplesmente, mas das oposições, sendo uma norma para qualquer manifestação da linguagem. Na introdução do *Curso de Linguística Geral*, Saussure delimita o objeto “língua” em relação à “fala”, destacando os seguintes aspectos: (a) que a língua é um objeto único e classificável e (b) que a língua é um objeto criado a partir de um ponto de vista.

Este artigo apresenta, na primeira parte, um estudo introdutório a respeito da dimensão sociocognitivista da gramática, ilustrando, na segunda parte, estudos relativos ao tratamento cognitivista das construções condicionais do português, tomando por base Goldberg (1995 e 2005).

2. Dimensão sociocognitivista da significação na linguagem

Quando se trata do estudo e da observação do uso real da língua, o significado das construções não provém das expressões ou das palavras como unidades autônomas e suficientes. Ao contrário dessa visão, adota-se o entendimento de que essas expressões ou palavras, em sua materialidade, são “como manifestações de capacidades cognitivas gerais, da organização conceptual, de princípios de categorização, de mecanismos de processamento e da experiência cultural, social e individual” (SILVA, 1997, p. 1). A relação “linguagem-significado” evidencia o quanto é complexo seu estudo nos termos de que, cognitiva e discursivamente, os significados são processos de categorização, associados ao conhecimento de

mundo e à perspectivização de organizar e entender esse mundo. Esse viés atribui à linguagem uma natureza flexível, fora de postulações que integram aos métodos de análise investigativa os níveis de natureza estrutural ou sistêmico como mostra Silva (2004, p. 3) no seguinte trecho:

E se a função categorizadora da linguagem impõe estruturas e formas ao conhecimento do mundo, então este não é objectivamente reflectido na linguagem: em vez de o espelhar, a linguagem é um meio de interpretar e construir, de organizar conhecimentos que reflectem as necessidades, os interesses e as experiências dos indivíduos e das culturas.

Essa ênfase de a linguagem não espelhar, mas ser um meio de interpretar, põe em foco a questão de que “fazer sentido (ou interpretar) é necessariamente uma operação social na medida em que o sujeito nunca constrói o sentido-em-si, mas sempre para alguém (ainda que este alguém seja si mesmo)” (SALOMÃO, 1999, p. 71). Como se nota nas palavras da autora, o sujeito produz a significação atuando na cena concreta, “investindo-a de sentido, seja com base em conhecimento consensualizado, disponível como norma de conduta, ou por conta da motivação singular de realizar objetivos localmente relevantes” (*Id. ibid.*).

Considerando as representações simbólicas nas práticas socioculturais, Salomão (1999, p. 71) afirma que as unidades linguísticas devem ser vistas a partir da noção de *interatividade* como revela o trecho destacado:

Fazer sentido (ou interpretar) é necessariamente uma operação social na medida em que o sujeito nunca constrói o sentido-em-si, mas sempre para alguém (ainda que este alguém seja si mesmo). Construir sentido implica em assumir determinada perspectiva sobre uma cena, perspectiva que é também mutável no próprio curso da encenação.

Na opinião da autora, as construções gramaticais adquirem o *status* de manifestar os papéis sociais e não os sentidos em si. A constituição de unidades simbólicas é resultado da ação e da interferência dos sujeitos, “seja com base em conhecimento consensualizado (o MCI da interação), disponível como norma de conduta, ou por conta da motivação singular de realizar objetivos localmente relevantes” (*Idem, ibidem*).

3. Dimensão sociocognitivista de gramática

As classes e as construções da gramática são entidades simbólicas e, portanto, significativas, sendo propriedades sintáticas motivadas, na experiência e no cotidiano, por aspectos semântico-pragmáticos, por mo-

delos cognitivos contínuos e por modelos socioculturais (LANGACKER 1987, 1990, 1991, FILLMORE, 1988; GOLDBERG, 1995). Assim, cada construção sintática reflete uma organização cognitiva determinada por parte do falante, sendo mutável no fluxo da enunciação.

Na visão da linguística cognitiva, o processo de significação da língua envolve experiências cognitivas culturais e locais, diretamente ligado ao contexto de uso. Essa base conceptual alinha-se ao pressuposto de que a estrutura linguística não é autônoma e nem se comporta de maneira uniforme ou cristalizada. Em outras palavras, além de os conhecimentos de mundo serem projetados por capacidades cognitivas na estrutura linguística, salienta-se que essas operações e conexões de domínios são situadas e definidas culturalmente na cena comunicativa como se vê em Almeida (2005, p. 159):

O conhecimento da gramática, a organização de seus diversos componentes, só pode ser evidenciado contra um cenário comunicativo, em que os atores envolvidos na atividade de comunicação encontram-se igualmente engajados na negociação do sentido.

As produções linguísticas são conceptualizadas em função dos contratos entre os participantes e dos enquadres linguísticos promovidos.

Uma descrição, em qualquer nível da língua (morfológico, sintático, semântico e pragmático), deve incluir as seguintes referências: o falante e o ouvinte, seus papéis dentro da situação comunicativa socialmente determinada. É o componente estrutural-semântico interligado à função pragmática da atividade linguística.

Considera-se que esse paradigma de estudo da gramática possibilita que a interpretação semântico-pragmática das construções condicionais seja específica a uma configuração sintática não a outra como veremos na segunda parte do artigo.

Em consequência dessa abordagem analítica, um aspecto a ser elucidado é que não basta conhecer a conjunção subordinativa condicional (“se” ou suas equivalentes) para dominar o uso da condicional. Esse é um equívoco comum quanto ao fato de se acreditar que dominando os itens (“conjunção” e nomenclaturas denominada “oração principal” e “oração subordinada adverbial condicional”) da construção condicional domina-se tal construção. Saber usar as regras da sentença condicional não garante o conhecimento da construção condicional como uma unidade simbólica com pareamento dos componentes “forma-significado”.

Essa abordagem mostra que a gramática é um inventário de unidades simbólicas, denominadas de “construções”, especificamente entendidas como unidades simbólicas, pareadas de forma e significado, sejam em qualquer extensão como veremos no próximo item.

4. *Linguística cognitiva e construção gramatical*

A linguística cognitiva tem como postulado central a negação da autonomia da linguagem como sistema que basta em si mesmo (estruturalismo) ou como um componente autônomo da mente (gerativismo) e a independência, em relação à linguagem, de outros tipos de conhecimentos, não linguísticos. Centrada na integração “linguagem e experiência de mundo”, a linguística cognitiva rompe com a análise investigativa focada no significante e na descrição do significado como sendo literal e linguístico, isolado dos conhecimentos de mundo e do contexto como se pode verificar nas citações destacadas:

A marca registrada do estruturalismo (e dos avanços indiscutíveis alcançados nesse campo, para o estudo de organizações fônicas, morfológicas, e, mais limitadamente, sintáticas) é o *foco no significante*: trata-se de segmentá-lo até obter *elementos mínimos* (fones, fonemas, traços fônicos, morfemas, lemas, classes sintáticas), identificáveis em termos de suas *propriedades combinatórias e distribucionais*. O custo da precisão assim conquistada é a *exclusão do sujeito* como usuário “voluntarioso” da linguagem (...). (SALOMÃO, 1999, p. 62)

Paradoxalmente, assim como Saussure (d’après Durkheim) vê a linguagem como *sistema social desencarnado*, Chomsky a vê como capacidade-de-ação de um sujeito também *desencarnado* da sociedade ou do contexto em que atua. A condição de inovação pelo sujeito, traço essencial da linguagem, subsiste como potencialidade inacessável pela experiência, belo ornamento do *logos* universal. Não é pois surpreendente que a sintaxe gerativa tenha como contrapartida preferencial, no campo da semântica, as teorias formais da significação (*Iden Ibidem*, p. 64)

A ruptura promovida pela LC se dá, portanto, em relação aos três legados aristotélicos: o da categorização em termos de “é ou não é”, o da isolabilidade e primazia do literal sobre o figurado e o da isolabilidade e primazia do linguístico sobre o enciclopédico. (ALMEIDA, PINHEIRO, SOUZA *et al* 2009, p. 19)

O pressuposto de que há uma associação entre significado linguístico e conhecimento do mundo implica na escolha de um método baseado no uso, ou melhor, na observação do uso real das expressões linguísticas. Para a linguística cognitiva, a questão do sentido baseia-se na análise das expressões linguísticas, originadas no contexto dos processos de concep-

tualização e nas experiências/comportamentos individuais e sociais. Desse modo, como preceitua Salomão (1999, p. 69), o princípio do “dinamismo contextual” pressupõe as instruções verbais, relativas às configurações cognitivas, e as instruções semiológicas, referentes às suposições do senso comum e da interação verbal específica, expressas nas palavras proferidas, no tom e na expressão facial no evento comunicativo em foco.

Na perspectiva cognitivista, construções gramaticais são entendidas como pareamentos de forma e significado. Dentre os princípios alinhados a essa noção, Goldberg (1995, p. 67) assinala que o Princípio da Não-Sinonímia tem como foco a ideia que “se duas construções são sintaticamente distintas, tais construções devem ser distintas semântica e pragmaticamente”.

Incluída a dimensão discursiva à noção de construções gramaticais, Croft (2001, p. 25) explica que o falante adquire um conhecimento das convenções constituídas de um conjunto estruturado em que o pareamento “forma-significado” é enquadrado às situações discursivas. Assim, uma construção gramatical não é uma lista adquirida isoladamente, seja pela hipótese de que a língua tem o seu foco centrado nas estruturas linguísticas formais (significante), seja pela noção de que o significado é produto da mente, de modelos semânticos prévios e desarticulados do social.

Como um dos parâmetros pertencentes ao seu escopo geral, a linguística cognitiva insere a categoria Construção Gramatical para análise dos usos linguísticos. Assim, Lakoff (1987, p. 467) define construção gramatical como “um par forma-sentido (F, S), onde F é um conjunto de condições da forma sintática e fonológica e S é um conjunto de condições de significado e uso”. Nos termos de Goldberg (1995, p. 4), “C é uma construção se C é um par forma/sentido”, subscrevendo como uma das premissas a indissociabilidade entre Semântica e Pragmática. Metodologicamente, configura-se o estrato analítico caracterizado como “monoestratalidade da gramática” em termos de sua constituição sintático-semântico-pragmática.

Feitas as considerações acerca de alguns pressupostos da linguística cognitiva, o item seguinte tratará da análise das condicionais do português como construções pareadas de forma e significado.

5. *Modelo de descrição cognitivista para o estudo das condicionais*

Quando se trata do estudo e da observação do uso real do fenômeno da condicionalidade, as expressões linguísticas constituem entidades não-autônomas e, portanto, heterogêneas e complexas cuja pesquisa abarca a ideia de que “não existe linguagem humana independentemente do contexto sócio-cultural” (SILVA, 2004, p.7), situado e definido. Essa ênfase do uso real põe em foco a questão de que “fazer sentido (ou interpretar) é necessariamente uma operação social na medida em que o sujeito nunca constrói o sentido-em-si, mas sempre para alguém (ainda que este alguém seja si mesmo)” (SALOMÃO, 1999, p. 71).

Como se nota nas palavras da autora, o sujeito produz a significação atuando na cena concreta, “investindo-a de sentido, seja com base em conhecimento consensualizado, disponível como norma de conduta, ou por conta da motivação singular de realizar objetivos localmente relevantes” (*Iden ibiden*). Assumida a perspectiva de que o significado da estrutura linguística é realizado pelos participantes de maneira interativa, postula-se que as orações condicionais informam sobre o mundo e as coisas de modos particulares e, por isso, estão além de representarem padrões sintáticos bem-formados nas línguas naturais.

Ao estudar as construções condicionais na gramática do inglês, Sweetser (1990) parte do pressuposto de que a condicionalidade não deve ser definida como uma categoria lógica, de modo que se possa atribuir um valor de verdade aos conteúdos de *p* e *q* na sentença. Segundo os pressupostos gerais da linguística cognitiva e da gramática das construções, especificamente, o funcionamento da condicionalidade delimita-se a partir de domínios cognitivos distintos. Sob esse paradigma teórico, Sweetser entende que as condicionais podem se referir: a situações do mundo real (Condicionais de conteúdo ou condicionais preditivas); a processos de raciocínio (Condicionais epistêmicas) e a processos de atos de fala (Condicionais pragmáticas).

Nas condicionais preditivas, o evento descrito na prótase relaciona-se ao evento descrito na apódose por uma relação de causa/efeito como é visto nos exemplos⁶⁰:

Se chover, o jogo não acontecerá.

⁶⁰ Os exemplos utilizados fazem parte dos estudos desenvolvidos por *Lilian Vieira Ferrari* no artigo “Construções gramaticais e a gramática das construções”, publicado na Revista SCRIPITA. Belo Horizonte: PUC-Minas, v. 5, n. 9, p. 143-150, 2º sem. 2001.

Se esfriar, nós ligaremos o aquecedor.

Nas construções condicionais, a causa do não-acontecimento dos fatos em *se p* (“a chuva” e “o esfriamento do aquecedor”), descrita na prótase, é condição suficiente para a realização dos eventos descritos na apódose. Segundo Sweetser (1990, p. 114), os eventos estão numa relação semântico-pragmática de causa e efeito.

No caso das condicionais epistêmicas, o conhecimento sobre a validade da proposição expressa na prótase é uma condição suficiente para que se conclua a validade da proposição expressa na apódose. Isto quer dizer que a relação de causalidade não é estabelecida em função da realização dos eventos em si mesmos no mundo biofísico, mas pressupõe o conhecimento do falante a respeito do evento descrito, sendo a conclusão o resultado deste conhecimento que é motivado pragmaticamente. Essa noção é assim descrita:

Se eles ligaram o aquecedor, é porque esfriou.

No domínio epistêmico, a condicional epistêmica ocorre quando o conhecimento do falante a respeito de um evento se torna suficiente para tornar uma conclusão válida em um determinado contexto. Sobre essa noção, Sweetser afirma que “não é suficiente reconhecer que a condicionalidade está dentro de estados epistêmicos ao invés de proposições; é mais necessário reconhecer alguma conexão entre conhecimento e conclusão” (*op.cit.*, p.117).

Na condicional de ato de fala (ou condicional pragmática), o evento descrito na apódose (o ato de fala) é realizado condicionalmente, a partir do evento descrito na prótase:

Se não for pedir muito, você poderia ligar o aquecedor?

Em termos da relação de causalidade entre os eventos descritos em “se p” e “q” na condicional pragmática, a polidez é a condição de realização do ato de fala em *p*: “você poderia ligar o aquecedor?” Dessa maneira, o evento descrito na apódose (o ato de fala) é realizado condicionalmente, a partir do evento descrito na prótase que manifesta uma relação de polidez. Como uma estratégia da interação, a prótase permite que o pedido para *ligar o aquecedor* não seja interpretado como algo imposto, sendo um operador de gerenciamento de identidade na cena em foco.

Segundo Sweetser (1990, p. 121), a prótase, que manifesta uma relação de polidez, possibilita a realização do ato de fala na apódose.

Como uma estratégia de interação, a prótase permite que o pedido para *ligar o aquecedor* não seja interpretado como algo imposto.

6. Considerações finais

Neste artigo, verificou-se que o pareamento *forma-significado* das construções nas línguas naturais se configura como uma unidade dinâmica, no sentido de os falantes utilizarem conhecimentos culturais, comuns e/ou localmente situados para informar algo sobre o mundo.

A gramática é vista como um instrumento de interação social e suas estruturas, portanto, não estão autônomas, estão, sim, inseridas num uso efetivo, por intenções de sentido apropriadas ao enunciado que o falante deseja construir para suas finalidades comunicativas.

Assumida a perspectiva de que o significado da estrutura linguística é realizado pelos participantes de maneira interativa, postula-se que as orações condicionais informam sobre o mundo e as coisas de modos particulares e, por isso, estão além de representarem padrões sintáticos bem-formados nas línguas naturais. Diferentemente da perspectiva de que a gramática existe independentemente dos sujeitos nas ações e nos meios culturais e físicos, optou-se por um caminho cuja investigação linguística pressupõe não apenas capacidades racionais, mas também experiências culturais, conhecimentos socialmente produzidos e papéis que são alinhados na vida diária.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Maria Lúcia Leitão de. Cruzamento vocabular no português: aspectos semântico-cognitivos. MIRANDA, Neusa Salim e NAME, Maria Cristina (Orgs.). *Linguística e cognição*. Juiz de Fora: UFJF, 2005.

ALMEIDA, Maria Lucia Leitão de; PINHEIRO, Diogo; SOUZA, Janderson Lemos de *et al.* Breve introdução à linguística cognitiva. In: _____. (Orgs.). *Linguística cognitiva em foco: morfologia e semântica do português*. Rio de Janeiro: Publit, 2009.

AZEREDO, José Carlos de. *Iniciação à sintaxe do português*. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. Rio de Janeiro: Cia. Ed. Nacional, 1982.

CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. *Nova gramática do português contemporâneo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

FERRARI, Lilian Vieira. *Introdução à linguística cognitiva*. São Paulo: Contexto, 2011.

_____. Construções gramaticais e a gramática das construções condicionais. *Scripta*. Belo Horizonte: PUC Minas, v. 5, n. 9, 2001.

_____. Os parâmetros básicos da condicionalidade na visão cognitivista. *Veredas: Revista de Estudos Linguísticos*. Juiz de Fora: EDUFJF, vol. 4, n. 1, jan./jun., 2000.

GOLDBERG, A. *Constructions: a construction grammar approach*. Chicago: University Press, 1995.

LANGACKER, R. W. *Foundations of Cognitive Grammar: Theoretical Prerequisites*. Stanford: Stanford University Press, 1987.

NEVES, Maria Helena de Moura. As construções condicionais. _____. (Org.). *Gramática do português falado*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP; Campinas: Unicamp, 1999.

SALOMÃO, Maria Margarida Martins. A questão da construção do sentido e a revisão da agenda dos estudos da linguagem. *Veredas: Revista de Estudos Linguísticos*. Juiz de Fora: EDUFJF, vol. 3, n. 1, jan./jun., 1999, p. 61-79.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de linguística geral*. São Paulo: Editora Cultrix, 1971.

SILVA, Augusto Soares da. Introdução: linguagem, cultura e cognição, ou a linguística cognitiva. In: SILVA, Augusto Soares da; TORRES, Amadeu; GONÇALVES, Miguel (Orgs.). *Linguagem, cultura e cognição: estudos de linguística cognitiva*. Coimbra: Almedina, 2004.

SWEETSER, E. Conditionals. *From etymology to pragmatics: metaphorical and cultural aspects of semantic structure*. New York: Port Chester: Melbourne: Sydney. Cambridge University Press, 1990.